

## **1º Congresso Afro-Brasileiro (1934), biopolítica e democracia racial: implicações na educação contemporânea.**

**The first Afro-Brazilian Congress (1934), biopolitics and racial democracy: implications for contemporary education.**

Mozart Linhares da Silva\*  
Mateus Silva Skolaude\*\*

**Resumo:** O que propomos nesse artigo é problematizar, na perspectiva da biopolítica, a construção da democracia racial enquanto um dispositivo de segurança que nega o conflito racial e representa um entrave estrutural para a implementação da Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira na educação básica. Para isso, tomamos como *corpus* analítico o 1º Congresso Afro-Brasileiro, organizado em 1934, no Recife. A organização do congresso, sua programação, a representatividade social, política e científica de seus participantes nos permite considerá-lo uma referência singular no processo de construção identitária nacional. É no 1º CAB que consideramos estarem postas algumas das linhas mestras ou os enunciados do discurso que norteará o mito ou ideologia da democracia racial dos anos de 1930 em diante. Entendemos que as dificuldades para a implementação da Lei 10.639/2003 revelam o funcionamento do dispositivo de segurança que interdita o enfrentamento do racismo no ambiente escolar, anulando a conflitualidade e o debate sobre o racismo.

**Palavras-chave:** Lei 10.639/2003, dispositivo de segurança, educação, narrativa identitária.

**Abstract:** This paper proposes to problematize, from a biopolitical perspective, the construction of racial democracy as an apparatus of security that denies racial conflict and represents a structural obstacle into the implementation of Law 10.639/2003 which establishes the compulsory teaching of Afro-Brazilian history and culture in Brazilian basic education. The analytical corpus is the First Afro-

---

\* Doutor em História pela PUCRS e Pós-doutor em Educação pela UFRGS. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação e do Departamento de História e Geografia da UNISC

\*\* Bolsistas de Pós-doutoramento (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Doutor em História pela PUC-RS com extensão na Universidade de Coimbra (2016).

Brazilian Congress (CAB), organized in 1934, in Recife, considering that its organization, its program as well as the social, political and scientific representativeness of its participants allow us to conceive it as a singular reference regarding the process of national identity construction. Moreover, it is considered that the First CAB has outlined the main guidance or discourse enunciations that have conducted the myth or ideology of racial democracy from the 1930s on. The difficulties in implementing the Law 10.639/03 evidence the apparatus of security operation which precludes coping with racism in school environment and eliminate the conflict and the debate on racism.

**Keywords:** Law 10.639/2003, safety device, education, identity narrative

## 1. Introdução

A partir da última década do século passado, as questões étnico-raciais ganharam espaço na opinião pública e foram objeto de intenso debate. Tratava-se, na verdade, de um tema contornado que emergia na arena política tencionando as abordagens até então dominantes sobre a formação histórica e social brasileira. Ao colocar o racismo no centro do debate nacional se mobilizava uma série de valores, crenças e narrativas que até então davam conta de organizar o entendimento das relações raciais como sendo estruturadas na não-conflitualidade. Noutras palavras, o debate público sobre as relações raciais expôs a “ideologia” ou o “mito” da democracia racial, que subjaz a chamada “identidade nacional”.

Embora o debate tenha se centrado fortemente no sistema de cotas raciais<sup>1</sup> nas universidades públicas, discutidas e implementadas a partir da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) , criada em maio de 2003 por força dos movimentos negros, a atuação governamental envolveu outras ações correlatas às afirmativas, como a criação da Lei nº 10.639, em 09 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira na educação básica do país.

Passados 16 anos de implementação da Lei 10.639/2003 ainda se verificam inúmeras dificuldades por parte dos educadores em trabalhar com as

---

<sup>1</sup> As cotas foram oficializadas a partir da publicação da Lei 12.711/12.

temáticas étnico-raciais e implementar estratégias de enfrentamento ao racismo no ambiente escolar. Não são poucas as pesquisas que apontam para as resistências e desafios que a Lei logrou aos professores para tratar das temáticas suscitadas e, sobretudo, abrir a discussão sobre o racismo no ambiente escolar.<sup>2</sup> As dificuldades não são advindas apenas da frágil formação docente ou da carência de materiais didáticos, que comumente são apontados, mas revelam um conjunto de saberes e verdades produzidos durante décadas acerca das relações raciais e que implicam na interdição do debate no ambiente educacional (SILVA, 2014).

A complexidade imposta nos convoca a revisitar a construção das narrativas que organizaram o “imaginário” sobre uma identidade nacional marcada pela não-conflitabilidade, ou melhor, como as relações raciais são mediadas por um dispositivo de segurança que interdita o reconhecimento do racismo entre nós. O que propomos nesse artigo é problematizar, na perspectiva da biopolítica, a construção do mito ou ideologia da democracia racial no contexto dos anos 1930 tomando como *corpus* analítico o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1º CAB), organizado em 1934, no Recife. O congresso foi promovido num contexto político importante de construção das narrativas identitárias nacionais, momento em que a ideologia ou mito da democracia racial ganhou certa oficialidade no governo Vargas. No centro deste debate estava a questão racial brasileira, a constituição do corpo-espécie da população e o devir da nação.

A organização do 1º CAB, sua programação, a representatividade social, política e científica de seus participantes nos permite considerá-lo uma referência singular na produção de sentidos da construção identitária nacional. A pluralidade das narrativas em curso nos oferece um *corpus* analítico importante para problematizarmos a democracia racial enquanto dispositivo de segurança articulado nos anos de 1930. Para além dos autores que deixaram suas falas publicadas nos dois volumes dos anais, que destacaremos com a devida ênfase na análise, nos interessa, sobretudo, os enunciados que condicionaram a mestiçagem como representação oficial da identidade nacional, bem como o “equilíbrio de antagonismos” enquanto uma perspectiva discursiva que sinaliza para um horizonte marcado pelo não-conflito racial (SCHWACZ, 2010).

---

<sup>2</sup> Como mostram estudos de ALMEIDA; SANCHEZ, 2017 e MEINERZ, 2017.

Entendemos que o enfrentamento ao racismo que está na base das proposições da Lei 10.639/2003 implica no entendimento de como a democracia racial foi instituída, a partir dos anos de 1930, como um dispositivo de segurança, o que nos conduz a pensar a educação antirracista como uma contranarrativa à biopolítica que constituiu um regime de verdades sobre a nação. Consideradas estas questões, organizamos o artigo em quatro partes: na primeira apresentamos, ainda que de forma breve, as questões teórico-metodológicas atinentes à biopolítica como grade analítica. Na segunda apresentamos uma análise contextual do 1º CAB e o qualificamos enquanto corpus analítico da pesquisa. Na terceira analisamos os enunciados apresentados nos textos dos anais que apontam para a problematização do corpo-espécie da população e para o devir da nação. Na quarta parte problematizamos a democracia racial enquanto um dispositivo de segurança que interdita o reconhecimento do racismo na sociedade de forma geral e na educação de forma particular.

## **2. Biopolítica: considerações teórico-metodológicas**

A primeira vez que a biopolítica aparece nos livros de Michel Foucault foi no último capítulo de *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, de 1976 (2001). O conceito foi aprofundado pelo filósofo nos cursos ministrados no Collège de France, publicados após a sua morte, como é o caso dos cursos *Em defesa da sociedade* de 1976-77 (2002), *Segurança, território e população*, de 1977-78 (2008a) e *O nascimento da biopolítica*, de 1978-79 (2008b).

Foucault localiza a biopolítica como um deslocamento do poder disciplinar, que ele evidencia entre os séculos XVII e XVIII, de modo que a ênfase está no processo de normalização dos indivíduos através de toda uma tecnologia de intervenções pontuais no corpo, para um biopoder que coloca a ênfase na população, que ocorre a partir do final do século XVIII. Portanto, um deslocamento da anátomo-política do corpo humano para uma biopolítica do corpo-espécie da população (Foucault, 2002). O filósofo tratou da sociedade disciplinar no livro *Vigiar e Punir*, de 1975 (2010), onde analisou as tecnologias disciplinares e a forma como os micropoderes atuam no investimento do corpo, assujeitando os indivíduos, maximizando sua força econômica e subtraindo sua potência política, ou seja, docilizando corpos (FOUCAULT, 2010, p. 133).

Essa forma de governar a partir da vigilância e da disciplina está estruturada nas instituições de confinamento, como a prisão, a fábrica e a escola (Deleuze, 1992). As instituições disciplinares são majoritariamente urbanas e proliferaram no período mercantilista. Elas, contudo, não são suficientemente eficientes para a gestão, como um todo, de um novo fenômeno que emerge a partir do final do século XVIII que é o da população.

Segundo Duarte,

A partir do século 19 já não importava apenas disciplinar as condutas individuais, mas, sobretudo, implantar um gerenciamento planejado da vida das populações. Assim, o que se produzia por meio da atuação específica do biopoder não era mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas era a própria gestão da vida do corpo social (s/d, p. 3).

É a partir da biopolítica que a vida entra no cálculo do poder. Esse é o século da estatística, a “ciência de Estado”, que permitirá ao governo, a partir de biopoderes locais conhecer e administrar com maior precisão as características da população como a natalidade, a mortalidade, a morbidade, a higiene, a sexualidade, etc (REVEL, 2005, p 26). Trata-se de um investimento do poder na vida, na maximização da vida, que a partir de agora se constitui como um valor a ser preservado e potencializado. Não haveria, vale dizer, a revolução industrial e o desenvolvimento do capitalismo sem o poder disciplinar e a biopolítica. Mas a biopolítica não trata apenas das questões de saúde, investe na população de forma ampla. Segundo Foucault, o poder que se incumbiu da vida no século XIX, “conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra” (2002, p. 302).

O alvo é o corpo-espécie da população que vai se constituindo também como povo, cidadãos de um Estado-nação que emerge contemporaneamente ao nascimento da biopolítica. Noutras palavras, a biopolítica investe também na espécie humana ou melhor, no cuidado com a raça. Não é sem sentido que o Estado-nação tenha no racismo um dos elementos fundantes da identidade nacional, na construção de uma população homogênea e ciosa de sua singularidade. Trata-se, doravante, de entender o racismo como “um mecanismo fundamental do Estado” (2011, p. 59). Segundo uma passagem muito citada de Foucault,

o que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo (2002, p. 304).

A emergência do discurso das raças, da eugenia como ciência do melhoramento racial, das políticas racistas do colonialismo e dos genocídios, mostra o quanto o racismo de estado tomou a espécie e a raça como basilares do cálculo do poder. A ideia de “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2002, p. 294), como síntese do exercício da biopolítica não significa que o Estado não invista também na morte, mas este investimento é percebido como desdobramento do cálculo que preserva a vida, a vida daqueles que a merecem em detrimento dos disgênicos e todos os inimigos da boa espécie. Foucault aponta que “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais pura” (2002, p. 305). Construir uma população de acordo com processos normalizadores foi o fundamento da biopolítica. Não é exagero afirmar que o investimento biopolítico do Estado visou e de certo modo constituiu a população. E é essa capacidade de constituir populações que faz da biopolítica uma tecnologia de governo fundamental na construção do próprio Estado-nação, instituído, vale lembrar, a partir do princípio “um Estado, uma nação” (BAUMAN, 2003, p. 83).

O mecanismo de funcionamento da biopolítica é exercido a partir dos dispositivos de segurança, ou seja, as técnicas de intervenção indireta que conduzem as condutas da população. Não se trata de investimento direto nos indivíduos, mas na ação sobre o ambiente em que os indivíduos vivem, conduzindo e incitando a determinadas condutas que, no caso do Brasil, aqui em pauta, situamos na forma como os processos de subjetivação vão produzindo identidades avessas às polaridades raciais. Os dispositivos de segurança, nesses termos, atuam como tecnologias de controle social que agem no destino biológico da população. É com esse sentido de controle social que lançamos mão do dispositivo de segurança. Entendemos, na perspectiva da biopolítica, que a democracia racial atua nesses termos, negando os efeitos das diferenças ou linhas de cor/raça, ou seja, anulando a possibilidade do racismo e dos conflitos raciais.

Adiantamos, a democracia racial a partir dos anos de 1930 atua como dispositivo de segurança ao anular as polaridades raciais e fazer operar a sociedade a partir da dinâmica que em Gilberto Freyre, como veremos, situa-se no “equilíbrio de antagonismos”.

### **3. 1º Congresso Afro-brasileiro: breve análise contextual e qualificação do corpus analítico**

O 1º CAB foi organizado em 1934 pelo intelectual Gilberto Freyre, um ano depois do lançamento do livro “Casa Grande & Senzala”. O encontro representou um espaço central para o intercâmbio de ideias e ofereceu instrumentos poderosos para a construção das narrativas étnico-raciais aderentes ao devir nacional que emergia no contexto dos anos de 1930. Na organização do evento, Gilberto Freyre contou com o apoio indispensável do diretor do Museu Nacional, Roquette-Pinto e de Ulysses Pernambuco, psiquiatra de grande influência no Recife.

Em 1934, o Brasil ainda era uma jovem República sem tradição universitária e o 1º CAB constituiu-se num encontro aglutinador de uma miríade de discussões culturais e políticas que vinham sendo travadas desde as décadas de 1910 e 1920. O encontro no Recife representou um espaço central para o intercâmbio de ideias e contou com a participação de importantes atores sociais, vinculados aos mais diversos segmentos, como modernistas e regionalistas. Além destes, outra categoria com participação de destaque no 1º CAB foram os médicos-psiquiatras adeptos dos pressupostos eugênicos que estabeleceram suas divergentes matrizes interpretativas acerca da raça e da miscigenação.

Ao lado desses homens de letras e ciências, o encontro teve a colaboração da rainha do maracatú, Albertina Fleury, de estudantes, de cozinheiras, babalorixás e ialorixás do Recife, além do representante da Frente Negra Pelotense, Miguel Barros que fez um forte discurso denunciando o racismo no extremo sul do Brasil (SKOLAUDE, 2016, p. 214-217).

Mesmo sem estabelecer uma perspectiva formal e oficial ao congresso, Gilberto Freyre soube capitalizar politicamente o apoio recebido do Ministério da Educação e Saúde Pública, através da presença do Dr. Nobrega da Cunha, Inspetor Geral do Ensino Secundário (Rio de Janeiro). Na cerimônia de abertura,

no domingo dia 11 de novembro, o Inspetor inaugurou a Sessão de Arte, onde o público pode conferir exposições artísticas sobre a cultura afro-brasileira de respeitados artistas como: Di Cavalcanti; Noêmia; Manoel Bandeira; Luis Jardim; Lasar Segall e Cícero Dias, pintor responsável pela confecção do cartaz oficial do congresso. Também partiu do Inspetor o encaminhamento mais importante do 1º CAB, isto é, a criação de um Instituto Afro-Brasileiro no Rio de Janeiro com o objetivo de centralizar a documentação, organizar eventos, publicações e financiar o intercâmbio de pesquisadores e de pesquisas na África. Dr. Nobrega da Cunha também teve participação de destaque ao apresentar a conferência intitulada “Macumba” que abordou as características dos diversos ritos africanos praticados no Brasil (GIUCCI & LARRETA, 2007, p. 506).

As conferências e os debates acadêmicos foram realizados no Teatro Santa Isabel, nas tardes dos dias 12, 13 e 14. Nas noites dos dias 11, 12 e 15 houve “toques”, isto é, cerimônias religiosas de matriz africana realizadas respectivamente nos terreiros do Pai Anselmo, de culto nagô, do Pai Oscar, de culto gegê e do Pai Rozendo, de culto xambá. Na noite do dia 14 houve um jantar de quitudes afro-brasileiros que foi oferecido aos participantes na Escola Doméstica de Pernambuco. Nas manhãs dos dias 13, 14 e 15 foram feitas algumas saídas de campo, respectivamente ao Hospital de Assitência aos Psicopatas, com orientação de Ulysses Pernambuco, ao Gabinete de Antropometria da Brigada Militar, sob a responsabilidade do Comandante Jurandir Mamede e à ilha de Joaneiro, sob a coordenação de Geraldo de Andrade. O encerramento do congresso aconteceu na tarde do dia 16, no Teatro Santa Isabel, com uma apresentação de toadas de xangô compostas pelo Maestro Ernani Braga (SKOLAUDE, 2017, p. 159-162).

Verifica-se, efetivamente, que a programação do 1º CAB traduz um “equilíbrio de antagonismos” a partir dos divergentes atravessamentos discursivos que permeavam o debate identitário nacional na primeira metade da década de 1930. No encontro ocorreu simultaneamente programações com perspectivas eugenistas e culturais. Por um lado, nota-se inspirações de caráter eugênico nas visitas estabelecidas ao Hospital de Assitência aos Psicopatas e ao Gabinete de Antropometria da Brigada Militar, por outro, percebe-se uma efetiva preocupação em afirmar a cultura negra e mestiça como de referência nacional, de modo que houve uma notória valorização da cultura africana a partir de



elementos gastronômicos, artísticos e religiosos.

Tendo em vista esta dimensão mais geral do 1º CAB, é preciso considerar ainda a complexidade das ideias e enunciados que se depreendem dos anais do congresso, o que nos conduz a dar às costas para análises definitivas e acabadas do conjunto dos textos publicados<sup>3</sup>. Dentre a volumosa possibilidade de recortes interpretativos damos ênfase às linhas temáticas que orientam, em nosso entendimento, a construção de um arranjo biopolítico que busca informar certa narrativa identitária nacional que se constitui a partir de determinada concepção do corpo-espécie da população, fundamental para a produção de sentido da nação que desde a ascensão de Vargas buscava ser definida.

#### **4. O dever da nação nos anais do 1º congresso afro-brasileiro**

O 1º CAB é assim caracterizado por Gilberto Freyre, em texto final do segundo volume dos Anais: “quando encerrou o Congresso, no mesmo velho teatro – o Santa Izabel – do qual disse Joaquim Nabuco – ‘aqui vencemos a batalha da abolição’ – sentiu-se que se definira um movimento da maior importância para a vida e para a cultura do Brasil” (1937, p. 348). De certo modo o evento é tomado por Gilberto Freyre como uma síntese feliz de ideias proferidas por doutores (intelectuais e cientistas), analfabetos, pais de terreiro, quituteiras, entre outros, que, mesmo em sua pluralidade traçou as novas linhas de força que constituirão o dever nacional. Considerando um dos conceitos-chave de Casa-grande & Senzala, o 1º CAB fez funcionar o “equilíbrio de antagonismos” como matriz da narrativa identitária que vinha sendo construída nos anos de 1930.

A lógica social brasileira para Freyre está na mestiçagem, na ideia de mistura, de miscibilidade e hibridismo. São esses marcadores que organizam a cultura nacional e são eles que, de certo modo, encontraremos articulados na construção de uma narrativa que interdita a possibilidade do conflito racial,

---

<sup>3</sup> Os artigos foram reunidos em dois volumes: “Estudos Afro-Brasileiros” foi publicado, em 1935, pela Editora Ariel e reuniu 25 artigos com o prefácio do antropólogo Roquette-Pinto; “Novos Estudos Afro-Brasileiros” foi publicado, em 1937, pela Editora Civilização Brasileira e reuniu 18 artigos com prefácio do psiquiatra Arthur Ramos. Em 1988, a Fundação Joaquim Nabuco republicou dezesseis obras que compuseram a “Série Abolição”, entre elas figuraram os dois anais do 1º CAB. Ambas foram reeditadas mantendo as suas versões originais nos volumes VI e VII.

assim como os de classe e “filosofias” políticas, considerando o projeto unitarista de Vargas.

Ao nos debruçarmos sobre os textos dos anais salta aos olhos a matriz compreensiva de Freyre, pois não deixa de ser interessante que num evento cujo norte político está assentado em Casa-grande & Senzala, sua obra recém-publicada, tenhamos textos sobre biotipologia de negros e mulatos, maconha, música, eugenia, dados antropológicos da população negra, história de escravos, vocabulário nagô, mitologias, medicina, arte, teatro, música, escravidão, etnopsiquiatria de negros e mestiços, receitas de quitutes, grupos sanguíneos de negros, entre outros.

A diversidade dos temas nos oferece infinitas possibilidades. Assim, para tratar das questões que consideramos centrais na narrativa identitária que irá se constituir a partir da década de 1930 priorizamos os textos publicados pela classe médica, uma vez que muito do que foi propagado por estes cientistas no 1º CAB fora desdobramento das ideias defendidas por estes pensadores alguns anos antes no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado entre os dias 30 de junho e 7 de julho de 1929, na cidade do Rio de Janeiro. Este encontro estava inserido nas comemorações do Centenário da Academia Nacional de Medicina e teve como característica principal um forte embate em que se evidenciaram as diferentes concepções presentes em torno dos fundamentos científicos da eugenia, sobretudo, das divergências acerca da temática da miscigenação. O Congresso foi presidido pelo antropólogo Roquette-Pinto e teve como secretário geral o médico Renato Kehl, eugenista e editor do periódico *Boletim de Eugenia* (que circulou de 1929 a 1933) (STEPAN, 2005, p. 60; SILVA, 2013).

Embora Renato Kehl e Roquette-Pinto estavam imbuídos de um mesmo ideal modernizador, contudo, seus projetos de intervenção eugênica partiam de princípios bastante antagônicos, demonstrando que mesmo no Congresso de 1929 não se podia apontar com tranquilidade para uma política eugenista efetiva. Por um lado, Kehl desde o final dos anos de 1920 havia passado a defender medidas radicais ligadas à “eugenia negativa” propagadas nos Estados Unidos e na Alemanha, de modo a sugerir a imposição de barreiras raciais e sociais a partir de uma rígida seleção eugênica, ao mesmo tempo em que considerava a miscigenação o grande problema nacional, como se pode observar na coletânea publicada por ele no final da década de 1920, *Lições de Eugenia* (Kehl, 1929). Por

outro lado, Roquette-Pinto não pensava a eugenia como uma ferramenta de seleção ou segregação racial, de modo que importava antes pensar em medidas educativas, tal qual propunham os adeptos da “eugenia positiva”. Além disso, Roquette-Pinto não fazia associação entre os chamados “problemas brasileiros” e a constituição biológica da mestiçagem, de modo a empregar a antropologia física justamente para negar o determinismo racial (SOUSA, 2016, p. 97-98).

Gilberto Freyre teve em Roquette-Pinto um importante interlocutor no 1º CAB, uma vez que desde as primeiras publicações referendou-o como um dos maiores pensadores brasileiros. Na apresentação do livro “Casa Grande & Senzala”, Gilberto menciona a memória de uma experiência vivenciada no Brooklyn, quando ainda era um jovem estudante de antropologia nos Estados Unidos. Na ocasião, Freyre teria avistado um grupo de marinheiros brasileiros “mulatos e cafuzos” que, segundo ele: se assemelhavam a “caricaturas de homens”. Diante disso, recorreu à personalidade do antropólogo ao afirmar a sua defesa da mestiçagem:

Faltou-me quem me dissesse então, como em 1929 Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes (FREYRE, 2006, p. 31).

Quando da realização do 1º CAB, em novembro de 1934, Roquette-Pinto era Diretor do Museu Nacional e no prefácio produzido para o primeiro volume dos anais, o antropólogo classificou os mestiços brasileiros em três categorias diferentes, isto é, preto, caboclo e mulato. Neste sentido, considerou que suas pesquisas antropológicas instrumentalizadas a partir da aplicação de métodos antropométricos ainda precisavam ser comprovadas por novas pesquisas, no entanto, considerava que no Brasil já não mais existiriam “negros puros” (ROQUETTE-PINTO, 1935, p. 3).

Além do prefácio, durante a realização do 1º CAB, o Jornal Diário de Pernambuco publicou um outro texto de Roquette-Pinto. Nele, o antropólogo explicita as razões de não mais existirem “negros puros no Brasil”:

(...) o índio de cinquenta anos pra cá deixou de ser um thema puramente literário. Nesse meio século foi sendo cientificamente estudado. Do negro já não se pode dizer o

mesmo. E infelizmente, o nosso país deixou que ele fosse aos poucos desaparecendo por extinção ou mestiçagem, antes de pensar e documentar os aspectos raciais e etnográficos que apresentava (ROQUETTE-PINTO, 1934, p. 4).

A observação de Roquette-Pinto sobre a “inexistência de negros puros” não se refere, nesse caso, a uma defesa da política de branqueamento, mas, ao contrário, ao lamento pela falta de documentação e estudos antropológicos de negros puros no Brasil, pois estes foram descaracterizados pela mestiçagem. Mesmo sem abandonar uma dimensão essencialista, o que se observa na posição de Roquette-Pinto é uma perspectiva racista que buscava contornar as abordagens racistas.

Sobre a posição de Roquette-Pinto frente ao projeto de branqueamento, vale notar, que num primeiro momento de sua trajetória científica, ele fora um dos entusiastas, de modo que em 1911, participou oficialmente como assessor de João Baptista de Lacerda, Diretor do Museu Nacional, no Congresso Universal das Raças, realizado em Londres. Neste evento, Lacerda, que era representante oficial do governo brasileiro, apresentou a conferência *Sur les metis au Brésil* onde defendia a tese de que “antes de um século a população do Brasil será representada, na maior parte, por indivíduos de raça branca” (1912, p. 94-95).

Poucos anos depois, no entanto, Roquette-Pinto transformou-se num eminente crítico de tais ideias, isto é, incorporando um espírito nacionalista que ganhava força no país no contexto pós Primeira Guerra. A partir de então, sua luta foi em duas frentes: contra a ideologia do branqueamento, assim como, contra o pensamento racial que criava hierarquias fixas entre grupos humanos, condenando as populações miscigenadas a consequente degeneração. Nesse campo, seus trabalhos demonstraram uma intensa preocupação com a saúde e a educação, uma vez que estariam nesses elementos as razões para se compreender a inferioridade de negros e mestiços no Brasil.

Neste sentido, o que importa reter do pensamento de Roquette-Pinto é que mesmo com uma produção cheia de paradoxos e classificações ambíguas, o antropólogo foi um dos mais ferrenhos lutadores contra o determinismo. Isso não significava que ele acreditasse numa completa igualdade de atributos biológicos, ou seja, o combate às hierarquias raciais não necessariamente o fazia abrir mão do conceito de raça (Santos, 2010, p. 103).

Direta ou indiretamente, as pesquisas de Roquette-Pinto representavam uma referência incontornável a quase totalidade dos intelectuais que publicaram seus artigos nos anais do 1º CAB. Muito desta representatividade foi legitimada a partir da segunda metade da década de 1920, nas pesquisas realizadas junto ao Museu Nacional onde Roquette-Pinto liderou um movimento antirracista e defensor da mestiçagem, mas ainda muito centrado nos preceitos da antropologia física.

Entre os discípulos deste movimento encontra-se o médico e antropólogo José Bastos de Ávila, responsável pela publicação de dois artigos que tiveram a educação como objeto específico de análise. Além do Museu Nacional, Ávila trabalhou no Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE) onde foi diretor da seção de Antropometria. Neste espaço, foi colega de Arthur Ramos, diretor da seção de Ortofrenia e Higiene Mental. José Bastos de Ávila e Arthur Ramos ocuparam estes espaços a convite do intelectual Anísio Teixeira que, entre 1931 e 1935, foi Secretário de Educação do Rio de Janeiro e protagonizou uma ampla reforma educacional (DÁVILA, 2005, p. 211).

Os artigos de Ávila publicados no 1º CAB tiveram os títulos de: “Contribuição ao estudo do Índice de Lopicque (Nota previa)” e “O Negro em nosso meio escolar”. Os dados destas pesquisas foram sistematizados em escolas do Rio de Janeiro, especialmente em crianças com ascendência africana categorizadas pelo tipo de cabelo e cor da pele, com idade entre 6 e 15 anos. Ávila ficou encarregado de instrumentalizar pesquisas no âmbito da antropometria que buscasse analisar questões relacionadas a raça e a mestiçagem, com particular destaque para as características físicas de crianças das escolas da capital brasileira.

A partir de uma quantidade considerável de tabelas e dados antropométricos, o médico concluiu que “o índice de Lopicque, ao lado de outras características raciais, comprova a ascendência africana, ainda em indivíduos aparentemente de raça branca” (ÁVILA, 1935, p. 35). Sendo assim, concluiu o médico que a miscigenação se fazia presente na população brasileira sem a ocorrência de degeneração e os estudantes poderiam atingir melhores níveis de crescimento, se não fossem as péssimas condições sanitárias dos bairros cariocas. Para ele, os principais problemas do país residiam nas más condições de saúde,

higiene e educação da população e não devido à dimensão racial (GONÇALVES; MAIO & SANTOS; 2012, p. 672).

Na mesma direção dos últimos trabalhos, destacam-se dois textos do médico Antônio Austregésilo, ambos publicados em volumes diferentes do 1º CAB. O primeiro, “Longevidade”, fez parte de um estudo desenvolvido pelo Psiquiatra no Hospital de Psicopatas do Rio de Janeiro. O texto partiu de uma hipótese que permeava no senso-comum, isto é, que o negro teria uma maior longevidade em relação ao branco, tese confirmada como verídica pelo autor na introdução do artigo (AUSTREGÉSILO, 1935, p. 99).

Baseado em nomenclaturas raciais formatadas pelo antropólogo Roquette-Pinto, ou seja, de brancos, negros e pardos, Austregésilo legitimou a formulação do antropólogo no que se referia a uma menor longevidade do “pardo” em relação à população “branca”, uma vez que suas pesquisas indicavam esta afirmação. No entanto, no que se referia à população negra, Austregésilo contrariou Roquette-Pinto sob a alegação de que “unicamente os negros ultrapassavam os 100 anos” de vida (AUSTREGÉSILO, 1935, p. 101).

Para tal assertiva, o psiquiatra lançou mão de uma pergunta: “Será que a maior longevidade do negro decorra de sua melhor adaptação ao meio tropical?” Por conta dessa problematização, o autor considerava que a questão ainda estava em aberto, contudo, era razoável admitir a possibilidade. Desta forma, assumiu uma posição neolamarckista na justificativa baseando-se nas origens climáticas e geográficas da população oriunda da África, para assim terem uma melhor adaptação aos trópicos e conseqüentemente uma longevidade maior em relação às outras raças (AUSTREGÉSILO, 1935, p. 101).

Além disso, em contraponto a tese de Roquette-Pinto que considerava negros e pardos em condições sociais de igualdade, Austregésilo apoiando-se em Gilberto Freyre considerava:

(...) não tinham os “pardos” o mesmo valor econômico que os pretos durante longa parte da formação do Brasil; não só durante o império. Os negros quasi sempre escravos, representavam um capital, pelo qual era necessário zelar. Dahi serem melhores alimentados e merecerem cuidados hygienicos que faltavam aos pardos (AUSTREGÉSILO, 1935, p. 102).

A curiosa mobilização da história feita por Austregésilo da maior longevidade do negro, refletia a perspectiva racializada do autor em relação ao perfil da população brasileira, uma vez que entendia o negro enquanto originário do sistema escravista e conseqüentemente bem alimentado por representar um capital patrimonial importante dos seus senhores. Ao passo que a população parda por ser “livre” e não ter os mesmos cuidados de alimentação e higiene acabava sofrendo os desdobramentos físicos deste descaso social.

No segundo texto, “A mestiçagem no Brasil como fator eugênico”, publicado no segundo volume dos anais do 1º CAB, Austregésilo já na introdução evidencia o aparente paradoxo da tese a ser defendida, pois muitos naturalistas e cientistas racistas propagavam que as misturas étnico-raciais se constituíam em um elemento disgênico o que destoava da ideia de uma eugenia a partir das misturas raciais. Para ele, no entanto, “a mestiçagem é garantida para a resistência e melhoria da humanidade, donde o instinto emigratório e nômade dominante na história do homem” (1937, p. 328). Ao contrário do eugenismo ariano, a exemplo da Alemanha (citado por ele), de naturalistas como Gobineau, Ingenieros e Bryce, e de intelectuais brasileiros como Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Jorge de Lima, para Austregésilo o homem brasileiro não era biologicamente inferior, precisava, no entanto, seguindo as ideias de Roquette-Pinto, “ser educado e não substituído” (1937, p. 326). O autor, para sustentar sua tese e refutar tanto o racismo científico que condenava a população brasileira ao fracasso como os eugenistas mendelianos que ascendiam naquele contexto, lançava mão do neolamarckismo e sua concepção adaptativa a partir dos caracteres adquiridos. O posicionamento assumido por Austregésilo adotando os princípios neolamarckistas, baseados na transmissão dos caracteres adquiridos, reflete a adoção de um modelo menos radical de eugenia, uma vez que não fazia distinções rígidas entre natureza e cultura. Opondo-se aos conceitos duros do evolucionismo mendeliano, os neolamarckistas apostavam numa “eugenia preventiva” como alternativa para o melhoramento racial das futuras gerações, associando-se estreitamente às medidas de reforma do meio social e cultural (STEPAN, 2005, p. 22).

Ao afirmar sua filiação teórica com os pressupostos que eram defendidos por Manuel Bomfim, Roquette-Pinto e Gilberto Freyre, Austregésilo articulou enfaticamente a singularidade brasileira frente a outros povos, de modo a

defender a mestiçagem como elemento essencial do povo brasileiro. Contudo, um grupo de eugenistas sobre a influência do mendelianismo manifestava sua admiração à “eugenia negativa” propagada nos Estados Unidos e na Alemanha. As abordagens sustentadas no mendelianismo eram, nos anos 1930, reconhecidas mundialmente pelo seu caráter inovador e pelos modernos métodos científicos utilizados.

Este foi o caso da pesquisa de Leonídio Ribeiro e seus assistentes, Waldemar Berardinelli e Isaac Brown, todos médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A pesquisa foi publicada nos anais do segundo volume do 1º CAB com o título: “Estudo Biotipológico de Negros e Mulatos Delinquentes”. O estudo foi reconhecido internacionalmente pelo impacto científico que obteve na época. Em concurso internacional que premiava as melhores pesquisas de 1933, Leonídio Ribeiro foi a Turim, em 1934, e recebeu das mãos de Gina Lombroso o prêmio destinado àqueles trabalhos que se destacaram na divulgação das ideias de seu pai, Cesare Lombroso. Na introdução do texto, os autores chamaram a atenção para o perfil étnico da população brasileira, assim como, as três áreas de conhecimento que se dedicavam a pensar estes grupos nacionais, isto é, os antropólogos, os sociólogos e os biotipologistas.

Segundo Cunha (1999, p. 278), a forma como foram citados os sociólogos e antropólogos representava um meio de afirmar a “falência” destas áreas de conhecimento e conseqüentemente de seus estudiosos. Neste sentido, a negação destas áreas também se constituía num mecanismo de reivindicação de uma “antropologia aplicada” ao laboratório que representava a biotipologia. Não por acaso, o tom da crítica radicaliza-se ao estabelecer um comparativo entre o Brasil e a perspectiva científica instrumentalizada pelo Estado Nazista na Alemanha:

Emquanto a Alemanha moderna procura estandardizar o seu povo, e vae buscar nos confins da Floresta Negra os puros teutões – quanta ilusão em tudo isso! – e com typos de eleição procura constituir um povo homogêneo, de características próprias, capaz de realizar o ideal de progresso e de supremacia dos seus actues dirigentes, o Brasil assiste impassível no seu formidável laboratório de caldeamento humano, a mistura desordenada de tantas raças e ethnicas diferentes, sem, ao menos, se esforçar por bem conhecer os elementos que entram e os que resultam de tudo isso. O brasileiro de amanhã será o que Deus quiser, sem que uma orientação da sabedoria humana tenha concorrido para melhorar



as condições do habitante destas plagas no futuro (RIBEIRO, 1937, p 151-152).

Nota-se que a miscigenação era vista por um viés negativo, ao mesmo tempo em que frente à omissão estabelecida o futuro da nação brasileira seria catastrófico. Neste caso, os autores percebiam na política nazista uma referência a ser seguida na busca de um ideal de supremacia racial e de progresso civilizacional. Tal perspectiva era assumida enquanto uma narrativa que buscava na Alemanha o parâmetro para caracterizar a negligência científica brasileira. Percebe-se que neste caso, a referência alemã para pensar o caso brasileiro era completamente oposta a perspectiva analisada e debatida anteriormente no texto “A mestiçagem no Brasil como fator eugênico”.

Na segunda parte do trabalho, os autores apresentaram a pesquisa premiada na Itália, um estudo de caso com listas, tabelas e gráficos vinculados ao Instituto de Identificação do Rio de Janeiro. O objeto de investigação era a análise de 33 negros e mestiços com a justificativa de se tratar de um material raro na Europa, assim como pelo perfil de delinquência dos estudados, isto é, “homicidas, alcoolistas e vadios”. Sob a tutela estatal, embora de maneira não oficializada, a forma pela qual as fontes destas pesquisas foram sistematizadas, constituía-se através da relação pessoal estabelecida entre Leonídio Ribeiro e alguns Delegados de Polícia da Capital Federal. Estes servidores alimentaram o banco de dados de um curioso material humano, com destaque para amostras de sangue coletados de índios guaranis (CUNHA, 1999, p. 277).

Os modelos biotipológicos adotados no Brasil foram inspirados nos aportes teóricos da escola criminológica italiana do século XIX, todavia, os biotipologistas brasileiros criaram suas próprias classificações, adaptando e reconstruindo os modelos originais a partir do aporte teórico de autores como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna. Num momento de intenso debate sobre a identidade nacional, a biotipologia com suas práticas foi mobilizada como um instrumento poderoso para a redefinição de um novo tipo brasileiro (GOMES, 2012, p.705).

Desta forma, o artigo “Estudo Biotipológico de Negros e Mulatos Delinquentes” é revelador do forte racismo científico pelo qual eram mobilizados alguns estudos sobre o negro e o mestiço. No caso do 1º CAB, como vimos, a defesa desses projetos antagônicos partia, de maneira geral, de interpretações

bastante diferentes quanto à origem dos problemas brasileiros. Como se pode observar no artigo de Leonídio Ribeiro e seus assistentes, o ideal eugênico defendido por esse grupo consistia na homogeneização gradual da população brasileira, mesmo que para isso fosse necessário lançar mão de medidas como a esterilização compulsória e a segregação racial. Neste caso, o grande mal do Brasil era uma “questão de raça”, devendo a eugenia impedir, a todo custo, a reprodução dos “indesejáveis” e das raças consideradas inferiores. De outro lado, o grupo mais alinhado a Roquette-Pinto entendia que os dilemas nacionais não deveriam ser localizados na constituição racial ou biológica de sua população, conforme defenderam durante o congresso os intelectuais Gilberto Freyre, José Bastos de Ávila e Antônio Austregésilo. Para estes, o grande mal do país tinha por origem os problemas de ordem social e política, o que justificava suas oposições às medidas extremas que visavam condenar a mestiçagem brasileira (SOUSA, 2016, p. 104-105).

## **5. Democracia racial como dispositivo de segurança**

Destacamos dois conjuntos de textos dos anais do 1º CAB que podem ser agrupados entre aqueles que absolviam a miscigenação de seu efeito degenerativo e um segundo grupo em que estavam os detratores da miscigenação e, portanto, que faziam eco ao eugenismo e a uma visão pessimista do país. Estes discursos indicam claramente a permanência de duas tradições teóricas que disputavam acento numa narrativa sobre o devir da nação após os anos de 1930.

Um grupo se apoiava no racismo científico, no mendelianismo e na escola de antropologia criminal italiana, a exemplo de Leonídio Ribeiro, que publicou a pesquisa sobre “Estudo Biotypológico de Negros e Mulatos Delinquentes”. Esta tradição vem de naturalistas como Arthur de Gobineau e Louis Agassiz (que deixaram suas impressões sobre a degeneração da população brasileira em livros), intelectuais nacionais como Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, que faziam eco à visão degenerativa da miscigenação, do médico e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues, prócere da Escola de Medicina da Bahia, e suas controversas abordagens lombrosianas imputando ao negro e aos mestiços atavismos criminogênicos, e de eugenistas como Renato Kehl.

O outro grupo combina dois movimentos teóricos, no primeiro caso rompe com o biodeterminismo a partir de uma perspectiva culturalista de referência no antropólogo Franz Boas, a exemplo de Gilberto Freyre, e o segundo movimento opera dentro do próprio racialismo, considerando, a exemplo de Austregésilo, a miscigenação em si eugênica, pois na perspectiva neolamarckiana do autor ela atuaria na especialização do corpo-espécie pela cumulatividade de experiências adaptativas. Esse é o mesmo caminho de Ávila que, a partir da utilização do índice Lapicque e da antropometria, apontou para a inexistência de hierarquias raciais entre brancos, negros e mestiços. Esta tradição de pensadores emerge do movimento sanitarista, do higienismo, das abordagens neolamarckianas e culturalistas, a exemplo de Arthur Neiva, Roquette-Pinto, Gilberto Freyre e alguns adeptos de uma eugenia positiva que viam na educação e na medicina social a solução para o drama racial brasileiro.

Frente a pluralidade e complexidade das narrativas em curso o que importa reter neste jogo de enunciados que formaram o imaginário das relações raciais no Brasil é o projeto de branqueamento da população, ou seja, os discursos aqui analisados nos apontam para um movimento intenso de construção de estratégias biopolíticas para gerir o corpo-espécie da população durante os anos de 1930. De um lado, o mestiço afixava uma narrativa unificadora da nação, por outro, representava uma potente estratégia biopolítica de controle social e racial.

A maior parte dos autores que publicaram seus textos nos anais do 1º CAB defenderam, em linhas gerais, a posição que não haveria motivo para considerar negros e mestiços inferiores nem degenerados racialmente, ou seja, se existia diferenças estas deveriam ser pensadas do ponto de vista de acesso aos bens sociais e culturais. Essas concepções, quando combinadas, permitiram do ponto de vista identitário que tanto negros como pardos fossem incluídos no corpo-espécie da população sem, no entanto, compartilharem de forma isonômica da dinâmica competitiva da sociedade moderna. Sob diferentes pontos de vista, a abordagem vitoriosa e proselitista da mestiçagem ofereceu ao Estado Novo - e além - um dispositivo de segurança que articulou a anulação dos conflitos raciais a partir de uma perspectiva calcada no “equilíbrio de antagonismos”.

Não por acaso, algumas instituições estatais mantiveram preceitos eugenistas, a exemplo dos métodos empregados pelo Ministério da Justiça na

seleção de imigrantes, entre 1941 e 1945 (KOIFMAN, 2012). Além disso, os dados censitários sobre a pardificação da população nos chamam a atenção para o deslizamento das polaridades de cor, impedindo a construção de uma “identidade” racial capaz de se posicionar politicamente ou mesmo conflitar a sociedade. Do censo de 1940 ao de 2010 a percentagem de pardos subiu de 21,2% para 43,1% (Brasil-IBGE; Silva, 2018). Além desse cromatismo que atua nos processos de subjetivação identitária, a ideia de que o branqueamento teria por consequência maior mobilidade social por muito tempo foi uma verdade social que não se sustenta (DAFLON, 2017).

A condição de pardo ou mestiço em determinadas situações inibi o preconceito racial, pois podem ser excluídos de uma percepção fenóptico-racial negra, contudo, noutros momentos são discriminados “pelo que têm de próximos com os negros” (DAFLON, 2017, p. 163). Nesse sentido, os mestiços mais claros podem ser mais aceitos socialmente do que os mestiços escuros pelas elites brancas, que agem num processo seletivo que contribui para a manutenção do “equilíbrio de antagonismos”, de modo que assegura os privilégios da branquitude. Segundo Daflon,

A ‘confusão’ entre discriminação de classe e de raça e o discurso da ‘morenidade’ autorizam que, sob certas condições, papéis que costumam ser reservados aos brancos possam ser desempenhados por aqueles não-brancos que cumprem certos ‘requisitos’ físicos e/ou comportamental, ao passo que as hierarquias e o edifício racial permanecem relativamente intactos (2017, p. 162).

Considerada esta condição a democracia racial age na manutenção de privilégios sociais da branquitude além de diminuir sensivelmente a percepção destas desigualdades como tributárias do racismo. Os pardos não amealham maior alcance aos bens sociais, ficando, segundo dados estatísticos produzidos desde os anos 1980, sempre muito próximo aos negros quando não em situação pior, refutando, portanto, a ideia de uma democracia racial que asseguraria uma sociedade sem desigualdades sociais correlatas ao racismo, sempre negado.

A programação e os textos do 1º CAB mostram exatamente essa construção do imaginário social onde os afro-brasileiros são incluídos na cultura nacional a partir de determinadas contribuições como na culinária, religiosidade e música. Os estereótipos que atuam no âmbito simbólico da nação ainda nos remetem às

formas com que negros e mestiços foram sendo constituídos no contexto do 1º CAB. Para citarmos um exemplo de estereotipia presente no 1º CAB, leia-se a seguinte passagem do texto “Musicalidade do Escravo Negro no Brasil”, de Nair de Andrade.

Intensa musicalidade, a desses negros. O simples costume de aliar o canto a toda e qualquer ocupação diária já importa numa afirmativa grandemente expressiva, de tendência musical. Porque não se tratava apenas de musica ritmo, com que o homem primitivo desdobrava suas dansas, numa satisfação puramente physiologica. O escravo nosso cantava pelo prazer de cantar (ANDRADE, 1934, p. 195).

Chamamos a atenção, ainda, que o fato de encontrarmos no mesmo evento uma discussão que apresenta desde abordagens de matriz racista e eugenista ao lado de elogios à mestiçagem e à cultura negra nos mostra não apenas a complexidade que a questão racial angariou no contexto pós-abolição, mas o quanto esses discursos tão antagonicos foram sendo gestados na construção de uma “teoria social” sobre o corpo-espécie da população brasileira. O “equilíbrio de antagonismos” que o próprio 1º CAB apresenta se institui como um *modus operandi* que não nega os conflitos, mas os coloca num campo de negociação permanente que impede rupturas e “garante” certa estabilidade. Desse modo, estruturou-se uma sociedade mediada pela conciliação e avessa a rupturas, não só de classe, mas também racial.

Os papéis sociais e a representação da cultura afro-brasileira no cômputo da cultura nacional delimita a atuação em determinados espaços institucionais, como é o caso da percepção, pela branquitude, do espaço de exclusivismo nas universidades federais (Gonzales, 2015). Destacamos o caso do sistema de acesso ao ensino superior que não obstrui legalmente o ingresso de pretos e pardos, sobretudo nas universidades federais, mas utiliza a obstrução causada pela precarização do ensino secundário público, por exemplo. Desse modo, se observarmos o debate sobre cotas étnico-raciais na atualidade o que emerge com força e como argumento contrário a essa política é justamente a reivindicação de que o problema deve ser visto como social e não racial. Os detratores das políticas afirmativas, em último caso, apontam para a política de cotas sociais, o que nos mostra a dificuldade em olhar para a questão racial fora das perspectivas da não-conflitualidade e da diferença (BUENO; SILVA, 2018).

Tratadas nesses termos, percebe-se que a matriz deste debate se encontra estruturada nas teses culturalistas defendidas no 1º CAB, ou seja, foi justamente

esta postura que ofereceu sustentação à negação do racismo na dinâmica da democracia racial e sustentou, por exemplo, o discurso “das contribuições culturais das três raças” na construção social brasileira. Os estereótipos culturais se constituem num novo figurino da defasagem racial e de fixação de identidades essencializadas, limitadas em sua mobilidade social, além de justificar, de certo modo, o discurso da “demeritocracia” de determinados grupos sociais/raciais.

## 6. Considerações finais

As dificuldades de aceitação das políticas antirracistas e, de forma especial da Lei 10.639/2003, aponta para um arranjo histórico e discursivo mobilizado na ideia da não polarização racial e do não conflito social. Como vimos, o 1º CAB se constitui num evento, conforme nos disse Freyre, “da maior importância para a vida e para a cultura do Brasil”, pois traduz um debate nacional que desde o final do século XIX vinha norteando as discussões sobre a brasilidade no pós-abolição. As teses propagadas nos 1º CAB serviram como pano de fundo para a construção de uma narrativa que visou interditar o racismo, pelo menos na esfera pública, e os conflitos raciais em função da anulação da polaridade (negro e branco), ao mesmo tempo em que serviram para a manutenção das profundas desigualdades sociais entre brancos, negros e mestiços.

Ao construir uma narrativa de negação do racismo sustentada na mestiçagem como prova irrefutável da miscibilidade do povo brasileiro, a democracia racial anulou os extremos potencialmente conflitivos impedindo que o debate sobre o racismo pudesse ter incidência nas desigualdades sociais. Entendemos assim que a democracia racial faz funcionar num jogo de luz e sombra os discursos que atravessaram o debate racial e identitário dos anos de 1930 e que se fizeram presentes no 1º CAB. Ou seja, não legalizamos uma eugenia (leia-se projeto de branqueamento da população), mas construímos os processos de subjetivação que conduziram a população à negação da “identidade negra”, deslizando para a pardificação, ao mesmo tempo em que não nos livramos do racismo a partir de um discurso proselitista da miscigenação.

A democracia racial opera na invisibilidade das práticas eugênicas e racistas do Estado. Aquela tradição racista representada nos textos do 1º CAB, que chamamos a atenção acima, não foi abandonada, mas atua a partir do

chamado racismo institucional, não necessariamente firmado em Lei, mas na própria dinâmica social que criminaliza a população afro-brasileira e coloca cotidianamente inúmeros obstáculos “sociais” para a mobilidade de negros e pardos. Como bem denuncia o Movimento Negro desde a segunda metade da década de 1970, o combate ao racismo só pode ser plenamente instituído com o enfrentamento e a desconstrução do mito da democracia racial (SILVA, 2018).

A instrumentalização de diretrizes políticas de caráter educacionais voltadas à uma educação antirracista não necessariamente implica em sua implementação prática, conforme caracteriza a Lei 10.639/2003. Neste caso, a democracia racial serve como um dispositivo de segurança que contorna a discussão sobre o racismo e as relações raciais no ambiente escolar ou, ainda, conduz o tema dessas discussões para abordagens estereotipadas das chamadas “contribuição dos afro-brasileiros à cultura nacional”, atualizando a narrativa fundante de uma biopolítica constituída nos termos do “equilíbrio de antagonismos”.

## Referências

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia Pizauro. Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Pro. posições**. V. 28, N.1 (82), p. 55-80, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v28n1/1980-6248-pp-28-01-00055.pdf>. Acesso em: 10/03/2020.

ANDRADE, Nair de. Musicalidade do Escravo Negro no Brasil. In: FREYRE, Gilberto. (org.). **Novos Estudos Afro-Brasileiros**: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife, 1934, 2º volume, Civilização Brasileira, S.A, p. 192-200, 1937.

AUSTREGÉSILO, Antônio. A mestiçagem no Brasil como fator eugênico. In: FREYRE, Gilberto. (org.). **Novos Estudos Afro-Brasileiros**: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife, 1934, 2º volume, Civilização Brasileira, S.A, p. 327-335, 1937.

AUSTREGÉSILO, Antônio. (1935). Longevidade. In: FREYRE, Gilberto. (org.). **Estudos Afro-Brasileiros**: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife, 1934, 1º volume, Ariel – Editora LTDA, p. 99-104, 1935.

AVILA, José Bastos. Contribuição ao estudo do Índice de Lapiçue (Nota previa). In: FREYRE, Gilberto. (org.). **Estudos Afro-Brasileiros**: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife, 1934, 1º volume, Ariel – Editora LTDA, p. 29-38, 1937.

AVILA, José Bastos. O negro em nosso meio escolar. In: FREYRE, Gilberto. (org.). **Novos Estudos Afro-Brasileiros**: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro. Recife, 1934, 2º volume, Civilização Brasileira, S.A, p. 336-349, 1937.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRASIL - IBGE - Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. Dados históricos dos censos. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/default\\_hist.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/default_hist.shtm). Acesso em 22/04/2019.

BUENO, Marisa Fernanda da Silva; SILVA, Mozart Linhares da. As cotas étnico-raciais nas universidades federais brasileiras e o imperativo da inclusão. **Revista Educação**, v. 41, p. 418-426, 2018.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 35ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CUNHA, Olívia Maria *Gomes*. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 257-288, 1999.

DAFLON, Verônica Toste. **Tão longe, tão perto**: identidades, discriminação e estereótipos de pretos, e pardos no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DELEUZE, Giles. **Conversações (1972-1990)**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DUARTE, André. *Sobre a biopolítica*: de Foucault ao século XXI. **Revista Cinética**. S\d. Disponível em: [http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre\\_duarte.htm](http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.htm). Acesso em 25/04/2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala**: formação da família sob o regime da economia patriarcal. 51ª edição, São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife. In: FREYRE, G. (org.). **Novos Estudos Afro-Brasileiros**: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro (p. 348-352). Recife, 1934, 2º volume, Civilização Brasileira, S.A, 1937.



GOMES, Ana Carolina Vimieiro. A emergência da biotipologia no Brasil: medir e classificar a morfologia, a fisiologia e o temperamento do brasileiro na década de 1930. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 3, p. 705-719, 2012. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222012000300006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222012000300006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 23/04/2019.

GONCALVES, Assis da Silva; MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Entre o laboratório de antropometria e a escola: a antropologia física de José Bastos de Ávila nas décadas de 1920 e 1930. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 671-686, set-dez de 2012. Disponível em:

[www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n3/a04v7n3.pdf](http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n3/a04v7n3.pdf). Acesso em 21/04/2019.

GONZALES, Zuleika Köhle. **Formas da igualdade nas ações afirmativas: enfrentamentos à formalização e ao exclusivismo no acesso ao ensino superior**. 2015. 119 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – UFRGS, Porto Alegre, 2015.

LARRETA, Enrique Rodríguez; GUIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre uma biografia cultural: A formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936**. RJ: Civilização Brasileira, 2007.

KEHL, Renato. **Lições de Eugenia**. 2ª ed., Rio de Janeiro. Editora Francisco Alves, 1929.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal: o ministério da justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LACERDA, João Batista de. **Informações prestadas A. S. Ex Ministro da Agricultura Dr. Pedro de Toledo**. Rio de Janeiro, Papelaria Macedo, 1912.

MEINERZ, Carla Beatriz. Ensino de História, Diálogo Intercultural e Relações Étnico-Raciais. **Educação e Realidade**, v. 42, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v28n1/1980-6248-pp-28-01-00055.pdf>. Acesso em: 19/05/2020.

NEIVA, Arthur; PENA, Belisário. **Viagem científica**. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1916 [1999].

Ó, Jorge Ramos do. Governamentalidade e a História da Escola Moderna: outras conexões investigativas. **Educação e Realidade**. 34(2);p. 97-117, 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/8434/5542>. Acesso em 21/04/2019.

PELBART, Peter Pál. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2011.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. O congresso Afro-Brasileiro do Recife. **Jornal Diário de Pernambuco**, p. 4, 16 de novembro de 1934.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto. (org.). **Estudos Afro-Brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro**. Recife, 1934, 1º volume, Ariel – Editora LTDA, p. 01-05, 1935.

SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, Degeneração e a Viabilidade de uma Nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930). In: Maio, M. C. (org.). **Raça como questão: história, ciência e identidade no Brasil** (p. 83-108). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 83-108, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos. **Mal-estar na Cultura**, p. 1-32, Abril-Novembro de 2010. Disponível em:

[www.ufrgs.br/.../Schwarcz%20-%20adaptacao%20mesticagem%20tropicicos.pdf](http://www.ufrgs.br/.../Schwarcz%20-%20adaptacao%20mesticagem%20tropicicos.pdf)  
Acesso em 22/04/2019

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945). **Revista Ibero-americana de estudos em educação**, v. 8, p. 921-943, 2013. Disponível em:  
<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5070>. Acesso em 22/04/2019.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica e espaço escolar: subjetividade e racismo no Brasil. **Horizontes** (EDUSF), v. 32, p. 111-122, 2014.

SILVA, Mozart Linhares da. Democracia racial e dispositivos de segurança no Brasil: contribuições para uma educação antirracista”. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 15, n. 38, 2018. Disponível em:  
<http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/2533/2287>. Acesso em 22/04/2019.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.23, supl., p.93-110, 2016. Disponível em:  
[www.scielo.br/pdf/hcsm/v23s1/0104-5970-hcsm-23-s1-0093.pdf](http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v23s1/0104-5970-hcsm-23-s1-0093.pdf). Acesso em: 07/01/2019.

SKOLAUDE, Mateus Silva. **Raça e Nação em disputa: Debates Identitários Luso-Brasileiros**. Novas Edições Acadêmicas, 2017.

STEPAN, Nancy L. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

**Recebido em Maio de 2019**  
**Aprovado em Maio de 2020**